

Os banqueiros ainda confiam na nossa economia

É o que diz o vice-presidente do Bank of America, William Bolin.

A situação do Brasil pode ser comparada à da Chrysler, empresa automobilística norte-americana que estava em processo quase falimentar mas que hoje apresenta excelente equilíbrio financeiro, devido aos empréstimos concedidos para sua recuperação.

Esta é a opinião do vice-presidente mundial do Bank of America, William H. Bolin. Ele disse ontem, no Rio, que o Brasil continua merecendo a credibilidade da comunidade financeira internacional mas, para resolver seus problemas de dívida externa, será necessário conjugar esforços dos bancos privados estrangeiros credores e dos seus respectivos governos. Daí porque considera "importante e necessário" o acordo de política econômica entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as autoridades brasileiras, que servirá de aval junto à comunidade financeira mundial.

Após ressaltar que esse acordo de recuperação econômica deve ser estabelecido através de "um programa realista e factível", o executivo do maior banco privado do mundo e um dos cinco maiores credores do Brasil destacou que apenas mediante apoio político oficial o País encontrará condições para resolver os problemas da dívida externa. Isso porque os bancos privados já cumpriram, além da sua própria capacidade, um papel muito forte na reciclagem dos financiamentos brasileiros, nos últimos anos.

William Bolin acrescentou que os bancos privados internacionais "não terão condições de, no futuro, aportar recursos na mesma propor-

ção do passado porque também estão sujeitos a pressões de natureza regulatória dentro dos seus países". Pelos motivos apontados, defendeu a importância do respaldo oficial dos governos dos países emprestadores de dinheiro, que "só sairá mediante o acordo entre a missão do FMI com as autoridades brasileiras para que, numa segunda etapa, os recursos sejam liberados".

William Bolin desmentiu que tenha concordado com a proposta de renegociação da dívida externa brasileira no prazo de 11 anos, anunciada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Segundo explicou, "esse tipo de definição não é para ser apresentada por um banco, pois qualquer proposta neste sentido é levada diretamente ao comitê de 14 bancos, que coordena, em Nova York, as questões da dívida externa brasileira".

Esclareceu, também, que esse assunto não foi discutido no seu encontro com o ministro da Fazenda em Brasília, tampouco com outras autoridades brasileiras da área econômica. Disse ainda, que o Brasil praticamente ajustou os principais itens da economia interna, mas "existem alguns pontos que devem ser melhor orientados, como a questão de salários, que continua dependendo do Congresso para a sua aprovação".

O vice-presidente mundial do Bank of America participou de almoço oferecido pelo presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, que contou com a presença do presidente da Eletrobrás, general Costa Cavalcanti e de dirigentes de outras empresas estatais e privadas. Disse

que o seu banco é o maior credor privado da Petrobrás, e que em 1954 assinou contrato de financiamento para a empresa. Mais tarde, esteve reunido com um grupo de economistas brasileiros formado pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Herculano Borges da Fonseca; o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra; Julio Senna, da Fundação Getúlio Vargas; e Roberto Castelo Branco e Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Problema sério

— Apesar do bravo aperto de liquidez, a tendência na área externa é a de se chegar a um acordo geral de refinanciamento.

A opinião é do vice-presidente do Banco de Boston, Henrique Campos Meirelles, que acrescenta: "O mais complicado é a parte interna, os ajustes requeridos pelo Fundo Monetário".

— Em termos de contas externas — diz o que deveria ocorrer já ocorreu — a centralização do câmbio. Com a centralização, é escolher o que pagar e dosar o atraso, readquirindo-se o controle. Há uma opção sobre o que é importante.

Meirelles recorda que há uma negociação em curso, e é "um problema sério e grave. Mas acho que o governo e o FMI estão buscando chegar a um acordo viável, dentro das possibilidades do País. A negociação do México também foi demorada, e a da Argentina acho que nem acabou ainda".

— Há porém uma disposição de negociar um acordo que irá resolver os problemas — concluiu.